

## NOTA PÚBLICA: PELA URGÊNCIA NA MANUTENÇÃO DA VIDA E EFETIVIDADE DO PPDDH NO PARÁ

**À Exma. Sra. Governadora do Estado do Pará**  
**À Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH)**

O Comitê Paraense de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CPDDH), coalizão formada por entidades de base dedicadas à proteção e promoção dos direitos fundamentais na Amazônia, vem a público manifestar sua profunda preocupação e indignação com a interrupção no fluxo de repasses financeiros destinados à execução do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Estado do Pará (PPDDH/PA).

O Pará figura historicamente como o estado com maior número de conflitos agrários e ameaças de morte contra lideranças no Brasil. Diante desse cenário, a paralisia financeira do Programa não é apenas um entrave burocrático, mas um risco direto à vida de quem está na linha de frente da defesa dos territórios e do meio ambiente.

Desde novembro de 2025, o Governo do Estado do Pará não efetua o repasse da parcela devida ao Programa, referente ainda ao exercício orçamentário de 2025. Esta ausência de repasse estadual gera um efeito cascata devastador:

- *Bloqueio de Recursos Federais:* A inadimplência do ente estadual impossibilita a liberação das contrapartidas da União, asfixiando financeiramente a Entidade Executora.
- *Comprometimento da Equipe Técnica:* Os salários dos profissionais que realizam o acompanhamento jurídico, psicossocial e as missões nos territórios podem ficar comprometidos, fragilizando a rede de apoio necessária para a segurança dos defensores.

Além disso, atualmente, o Programa mantém *8 pessoas em regime de acolhimento provisório*. São lideranças retiradas de seus territórios sob risco iminente de morte, cuja subsistência — incluindo moradia, alimentação e itens básicos de segurança — depende integralmente desses recursos. A falta de verba coloca essas pessoas em uma situação de vulnerabilidade extrema, podendo forçá-las, por vezes, ao retorno inseguro para as áreas de conflito, além disso impede a inclusão de novos casos



que estão em análise, ao todo o Pará tem **187** casos de defensores e defensoras de direitos humanos atendidos pelo PPDDH.

O PPDDH/PA é garantido pela Lei Estadual nº 8.444/2016 e fundamentado na Política Nacional de Proteção (Decreto nº 6.044/2007). É dever do Estado garantir o suporte orçamentário para que a proteção seja contínua e eficaz. A omissão no repasse configura uma grave falha na política pública, podendo ser interpretada como uma forma de negligência estatal que expõe defensores à criminalização e à violência.

Diante do exposto, o Comitê Paraense exige:

- Regularização imediata do repasse da parcela de 2025 em atraso desde novembro.
- Transparência orçamentária para garantir que as verbas destinadas à proteção não sofram novos contingenciamentos.
- Garantia de custeio integral para as despesas de acolhimento provisório e salários da equipe técnica.

O Comitê permanecerá em monitoramento ativo. Não aceitaremos que a política de proteção se torne uma promessa vazia enquanto vidas seguem sob mira no campo e na cidade.

Estado do Pará, 13 de maio de 2026.

### **Comitê Paraense de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CPDDH)**

Coletivo Maparajuba Direitos Humanos na Amazônia

Comissão Pastoral da Terra

Instituto Zé Cláudio e Maria

Terra de Direitos

Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos-SDDH

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Movimento Pela Soberania Popular na Mineração- MAM



Associação Indígena Tembé do Vale do Acará- AITVA

Movimento Indígena Ribeirinhos e Quilombolas do Vale do Acará- IRQ

Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará-FETAGRI PA

Coletivo De Direitos Humanos Veredas

Associação de Moradores Agricultores Remanescente Quilombolas do Alto Acará- AMARQUALTA

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST/PA